PARECER N.º /2019

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE LEI N.º 14/2019

AUTOR: PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO

RELATOR: VEREADOR PROFESSOR DIEGO

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 14/2019 é de iniciativa do Prefeito de Unaí, tem a finalidade de requerer autorização legislativa para abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente.

A intenção do Nobre Autor é abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) orçamento vigente destinado a atender despesas relacionadas à aquisição de veículo oficial para a Câmara Municipal de Unaí.

A justificativa para o presente Projeto de Lei é que créditos adicionais especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, devendo ser autorizados por lei e abertos através de decreto do Poder Executivo.

Foi anexado ao Projeto sob análise o Processo n.º 02362/2019 que justifica a presente proposição.

Recebido e publicado no quadro de avisos em 11 de março de 2019, o Projeto de Lei sob comento foi distribuído a esta Comissão, do qual fui designado Relator da matéria para emitir parecer, nos termos do disposto no artigo 211, §8º, do Regimento Interno.

É o relatório. Passa-se a fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A competência desta comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 102, II, “a”, da Resolução n.º 195/1992, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:

a) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e crédito adicional, e contas públicas;

(...)

Preliminarmente, cabe esclarecer que, conforme disciplinado no artigo 84, inciso XXIII, combinado com os artigos 165 e 166, §§ e incisos respectivos da Constituição Federal de 1988, a iniciativa das leis que tenham a finalidade de abrirem créditos, autorizarem, criarem ou aumentarem a despesa pública é de competência exclusiva do Poder Executivo.

Cabe esclarecer, também, que os créditos especiais, objeto da questão ora formulada, são espécie do gênero “créditos adicionais”, consistindo em autorizações de despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na Lei de Orçamento, nos termos do artigo 41 da Lei n.º 4.320/1964.

Vale lembrar que a Constituição da República, em seu artigo 167, inciso V, exige prévia autorização legislativa, assim como a indicação dos recursos correspondentes, como condições essenciais para a abertura desses créditos.

Conforme descrito no sucinto relatório acima, a intenção do Chefe do Executivo é abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) orçamento vigente destinado a atender despesas relacionadas à aquisição de veículo oficial para a Câmara Municipal de Unaí.

Tal autorização torna-se necessária, visto que, o artigo 42 da Lei n.º 4.320/1964 determina que os créditos suplementares e especiais sejam autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Já no parágrafo 1º do artigo 43 da referida Lei, podemos encontrar a necessidade de indicação de fonte de recursos para abertura de créditos adicionais:

Art. 43. (...)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Conforme pode ser verificado no parágrafo 1º do artigo 1º do Projeto de Lei n.º 3/2019, o Chefe do Poder Executivo indica como fonte de recursos a anulação de dotações referidas do Anexo II do presente Projeto de Lei.

Percebe-se, porém, que a presente abertura de crédito, no valor de R\$ 150.000,00, extrapolará o limite de gastos do Poder Legislativo estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal em R\$ 36.576,47.

Desta forma, após consulta ao Departamento Financeiro deste Poder Legislativo, este Relator apresenta emenda ao Projeto de Lei n.º 14/2019 reduzindo o valor da anulação ao orçamento do Poder Executivo para R\$ 113.423,53 e indicando, como compensação, anulação ao orçamento do Poder Legislativo de 36.576,47.

A dotação anulada refere-se ao subsídio dos agentes políticos do Poder Legislativo. Tal despesa foi prevista levando-se em consideração uma projeção de inflação de 6,59%, porém, a inflação apurada foi de apenas 3,75%. Desta forma, o orçamento do Poder Legislativo respeitará o limite de gastos estabelecido pela Constituição Federal e não haverá prejuízo com relação à dotação anulada.

Quanto aos aspectos de ordem orçamentária e financeira, entende-se que a matéria em destaque não causará qualquer impacto ao orçamento municipal, haja vista que não ocorrerá aumento de despesa. O que ocorrerá será a criação de uma nova despesa que será compensada com a anulação de outra dotação que já estava prevista na Lei Orçamentária Anual.

Não há, portanto, óbices para aprovação do Projeto de Lei n.º 14/2019.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei n.º 14/2019, bem como da

Emenda anexa.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 12 de março de 2019.

VEREADOR PROFESSOR DIEGO
Relator Designado

EMENDA N.º AO PROJETO DE LEI N.º 14/2019

Art. 1º Altere-se o campo Valor do número de ordem n.º 1 do Anexo II do Projeto de Lei n.º 14/2019 de R\$ 150.000,00 para R\$ 113.423,53.

Art. 2º Acrescente-se nova linha ao Anexo II do Projeto de Lei n.º 14/2019 com as seguintes informações: Número de Ordem: 2; Classificação Orçamentária: 01.01.00.01.031.1000.2175.3.1.90.11.00; Ficha: 4; Fonte: 100; Valor R\$ 36.576,47.

Unai, 12 de março de 2019; 75º da Instalação do Município.

VEREADOR PROFESSOR DIEGO
Relator Designado